----------ATA NÚMERO OITO / DOIS MIL E VINTE E CINCO----------

----------ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DO----------

----------MARCO DE CANAVESES DE 28 DE ABRIL DE 2025----------

----- Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, nos Paços do Concelho, presidida pela Senhora Cristina Lasalete Cardoso Vieira, Presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e com a presença dos Senhores Vereadores: Nuno Vítor Diogo Pinto, Paula Alexandra de Carvalho Pereira Soares, Pedro Filipe da Silva Pinto, Mário Bruno Silva Magalhães, Francisco José de Sousa Vieira, Mário Luís da Silva Monteiro, e comigo, Maria da Piedade Teixeira Ferreira, como secretária da presente reunião, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal do Marco de Canaveses. Quando eram quinze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião. -

----------PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA----------

----- A Senhora Presidente deu início à reunião, procedendo à leitura do auto de posse da Vereadora Paula Alexandra de Carvalho Pereira Soares, em substituição da Vereadora Clara Marques. **----------**

----- Seguidamente, a Senhora Presidente passou a fornecer algumas informações acerca da atividade municipal. **----------**

----- No dia 12 de abril, o Executivo marcou presença na Feira do Pão Podre e dos Produtos Locais, assim como na cerimónia de entrega de prémios referentes ao Campeonato Regional de Esperanças de Slalom, em canoagem, que teve lugar na Pista VOA do Rio Ovelha, organizado pela Associação de Canoagem do Norte de Portugal, com o apoio da Câmara Municipal de Marco de Canaveses

e da Junta de Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, e que contou com a participação de cerca de sessenta atletas. ----------

----- No dia 13 de abril decorreu o Festival das Bandas Filarmónicas de 2025, um evento organizado pela Câmara Municipal, em parceria com a Banda de Música de Vila Boa de Quires, que para além desta, teve a participação da Banda de Música de Paço de Sousa (Penafiel), da Banda de Música de Sabrosa (Vila Real), da Banda de Música de Cete (Paredes), da Banda de Música Popular de Tui (Espanha), da Banda de Música de Santádega de Coles (Orense, Espanha) e da Banda Musical Rezirense (Castro D'Aire). ----------

----- No dia 14 de abril foi efetuada uma visita à Unidade de Cuidados Personalizados de Penha Longa e Paços de Gaiolo, unidade de saúde que irá ser requalificada, num investimento de cerca de 413.000€, financiado a 100% pelo PRR, com a empreitada a iniciar na próxima semana, com um prazo de execução de seis meses. Esta intervenção prevê uma melhoria significativa do conforto térmico e da eficiência energética do edifício, tal como o melhoramento dos espaços existentes no Centro de Saúde. ----------

----- No dia 15 de abril foi feita uma visita à Associação Alegria de Crescer, no âmbito do projeto vencedor da Assembleia Municipal Jovem 2024. ----------

----- O dia 16 de abril ficou marcado pela apresentação oficial da 3.ª Edição do Festival "Raízes", numa sessão pública na Biblioteca Municipal, onde foi igualmente apresentado o programa para os dias do festival, que este ano se realizará no Largo da Feira, entre os dias 23 e 25 de maio. Para além da mostra permanente de gastronomia, vinhos, artesanato e produtos locais, contará

também com concertos de Cláudia Martins, Minhotos Marotos e Zé Amaro. ----- ----- Também no dia 16 de abril reuniu o Conselho Municipal da Juventude. ----- ----- No dia 17 de abril, destaque para a participação na assinatura do protocolo de cooperação interinstitucional entre a Comissão de Coordenação da Região Norte, a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte e a Rota do Românico, que visa desenvolver, dinamizar e promover a Rota do Românico no norte do país. ----------

----- Nesse mesmo dia, o Executivo participou na procissão das Endoenças. ----- ----- Para o dia 23 de abril foi agendada uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Marco de Canaveses. ----------

----- No dia 24 de abril decorreu a atividade “Um dia com a Presidente”, promovida no âmbito da Assembleia Municipal de Jovens, na qual cinco alunos dos diferentes Agrupamentos de Escolas do concelho puderam acompanhar a Presidente da Câmara ao longo das suas tarefas num dia de trabalho, incluindo uma reunião de trabalho com os serviços do Município, além de uma visita aos edifícios da Câmara Municipal. ----------

----- No mesmo dia, ocorreu a apresentação da Estratégia “#VilaBoadoBispoZero”, estratégia de desenvolvimento sustentável da Freguesia de Vila Boa do Bispo, bem como uma Noite de Fados promovida pelo Grupo de Fados “Canto da Noite”, inserida na Festa em honra de Santo Isidoro 2025. ----------

----- No dia 25 de abril realizou-se a Sessão Solene para comemoração dos cinquenta e um anos da revolução de abril de 1974, o Concerto “Anónimos de

Abril", no Emergente Centro Cultural, inserido na programação desta celebração, e o jantar comemorativo do 25 de abril, do Executivo da Junta de Freguesia de Soalhães. ----------

----- No dia 26 de abril procedeu-se à entrega de lembranças na prova "Urban Race", promovida pelos Bombeiros Voluntários de Marco de Canaveses. --------

----- Na mesma data, disputou-se a final da Taça do Município de futebol amador, organizada pela LIMFA, numa partida em que o Grupo Desportivo de Manhuncelos se superiorizou ao Grupo Desportivo da Feira Nova. ----------

----- Ainda no dia 26 de abril, o Executivo marcou presença na 11.ª Edição do CERNATA – Certame Nacional de Tunas Académicas. ----------

----- Por fim, no dia 27 de abril, nota para a participação nas comemorações do 28.º aniversário da Associação Recreativa e Cultural de Piares e do 27.º aniversário do Moto Bike Rebels. ----------

----- Em seguida, a Senhora Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que desejassem intervir neste período. ----------

----- O Senhor Vereador Mário Bruno Magalhães, no uso da palavra, começou por manifestar a sua opinião acerca daquilo que foram as celebrações do 25 de abril no Marco de Canaveses, uma data marcante que foi assinalada localmente de forma triste, muito apagada e extremamente breve, argumentando ser isto um reflexo dos valores de abril conforme são praticados pelo Executivo da Câmara Municipal, declarando que quem não os pratica também, efetivamente, não os deveria celebrar. ----------

----- Apontou um exemplo daquilo que considera ser um crasso desrespeito pelos

valores de abril, eventualmente sem precedentes na história do concelho, materializado na recusa sistemática da Presidente da Câmara em fornecer aos Vereadores a informação que estes solicitam, acrescentando ser totalmente inadmissível estar a aguardar há quase três anos que lhe sejam facultados os elementos por si requeridos. ----------

----- Por conseguinte, afirmou não se verificar a prática da democracia, a qual se encontra ausente no Concelho de Marco de Canaveses, algo que ficou absolutamente espelhado naquilo que foram as comemorações do 25 de abril. -

----- Ainda sobre este tema, e ressalvando que à Câmara Municipal se exige um maior cuidado na forma como organiza e executa as festividades, assinalou com desagrado algumas falhas técnicas verificadas, como a inexistência de amplificação sonora, com equipamentos que não foram previamente testados, mais uma prova da importância atribuída pelo Executivo Camarário a esta data marcante, que deveria ser celebrada com alegria e vontade, e não como se de uma obrigação se tratasse, revelando uma tendência de desvalorizar aquilo que é importante e de valorizar o supérfluo. ----------

----- Revelando ser esta uma opinião que foi partilhada por vários outros munícipes, aconselhou o Executivo da Câmara Municipal a olhar para o bom exemplo de Municípios vizinhos e até de Juntas de Freguesia que promoveram iniciativas que realmente dignificaram as comemorações do 25 de abril. ----------

----- Depois, reiterou uma questão já suscitada em anterior reunião de Câmara, relativamente aos processos judiciais em que a Presidente da Câmara está envolvida, e cuja informação tem vindo a ser omitida à Câmara Municipal.

Clarificou estar a referir-se a problemas concretos que a Presidente da Câmara estará a ter com a justiça, em processos cujo teor já será alvo de alguma informação que circula na praça pública, e não de processos que advêm daquilo que é o normal funcionamento de uma autarquia. ----------

----- Sublinhou a importância de os Vereadores estarem cabalmente esclarecidos acerca destes processos envolvendo o nome da Câmara Municipal e da sua Presidente, para que desta forma também possam prestar a devida informação quando abordados pelos munícipes neste sentido. ----------

----- Questionou qual o ponto de situação dos processos referentes à delimitação do território das freguesias com concelhos vizinhos, nomeadamente no que diz respeito às fronteiras entre a Freguesia de Santo Isidoro e Livração e a Freguesia de Vila Caiz (Amarante), a Freguesia de Banho e Carvalhosa e a Freguesia de Várzea, Aliviada e Folhada, também com o Concelho de Amarante, e a Freguesia de Vila Boa de Quires e Maureles com o Concelho de Penafiel, processos estes que estavam bem encaminhados e praticamente finalizados aquando da retirada dos seus pelouros, em 2022. ----------

----- Declarou que continuará a denunciar incansavelmente a falta de limpeza nos parques do concelho, comentando ser absolutamente inaceitável que num período já tão próximo do verão, e com os Marcoenses a continuarem a pagar, todos os meses, a um prestador de serviços que não está a cumprir cabalmente com as suas responsabilidades, os parques de lazer se encontrem em tal estado deplorável. ----------

----- Neste contexto, não deixou de lamentar os comentários proferidos pela

Presidente da Câmara na última reunião da Assembleia Municipal, ao tentar atirar para as Juntas de Freguesia esta responsabilidade, alegando que estas receberiam uma verba da Câmara Municipal para manter limpos e arranjados os espaços verdes e ajardinados. ----------

----- Assinalou em particular o estado vergonhoso em que atualmente se encontra o Parque de Merendas de Montedeiras, com caixotes de resíduos completamente cheios. ----------

----- Não colocando em causa que este problema também é, em parte, motivado por alguma falta de civismo por parte de alguns cidadãos, vincou ser obrigação do Município assegurar que a limpeza e manutenção do parque é efetuada de acordo com os preceitos contratualizados com a entidade externa à qual foi adjudicado este serviço, devendo para isso tomar urgentemente todas as medidas necessárias para ultrapassar este problema. ----------

----- Realçou que situação similar pode ser observada na zona de Canaveses, em que os sanitários públicos se encontram “um nojo”, com fechaduras avariadas e ferrugem por todo o lado. ----------

----- Argumentando ser esta uma situação indesculpável, instou a Câmara Municipal, na ausência de execução de obra importante, a pelo menos primar pelo bom cuidado e manutenção dos equipamentos existentes, e sobretudo das zonas de lazer e espaços verdes fruídos pela população. ----------

----- Seguidamente, sublinhou que já por diversas vezes tem vindo a reportar um sistemático descuido naquilo que é a assessoria jurídica da Câmara Municipal, sendo prova disso mesmo o facto de o Município ter visto negado o recurso que

fez ao abrigo do processo referente às obras no Estádio Municipal de Alpendorada – sendo curiosa a circunstância de a parte oponente ser exatamente a mesma empresa responsável pelas obras nas novas instalações da Artâmega, no Estádio Municipal do Marco. ----------

----- Havendo um prenúncio de que este processo poderá ter um desfecho desfavorável para o Município, lamentou a forma como a Presidente da Câmara tem vindo a gerir os recursos públicos, alegando que caso se tratasse do seu próprio dinheiro, certamente estaria mais predisposta a geri-lo com maior cuidado. ----------

----- Também declarou ser algo totalmente inédito o facto de um empreiteiro ter usado da palavra em plena sessão da Assembleia Municipal para reivindicar os seus direitos e reclamar aquilo que lhe pertence, pelo que registou a aparente inabilidade do Executivo da Câmara Municipal para resolver estes problemas dentro de portas, com o seu departamento técnico, já para não falar na sua evidente incapacidade para levar a bom termo as obras anunciadas para as novas instalações da Artâmega. ----------

----- Solicitou alguns esclarecimentos acerca de alegadas obras que estariam a decorrer na Escola EB1 da Carvalheira, com contratos publicados e anúncios no Diário da República sobre uma suposta prorrogação do prazo de execução da empreitada, quando aparentemente o estabelecimento escolar não estará a ser alvo de qualquer intervenção no terreno, encontrando-se, ao invés disso, praticamente ao abandono. ----------

----- Aproveitando a presença dos órgãos de comunicação social, expressou o

seu descontentamento com o facto de uma notícia publicada *online*, sobre a falta de limpeza e manutenção do Parque de Merendas de Montedeiras, ter sido posteriormente retirada. **----------**

----- Continuando a sua intervenção, referenciou aquilo que considera ser uma postura de correr atrás do prejuízo evidenciada pelo Executivo da Câmara Municipal, e que se nota especialmente na planificação das obras nas redes de saneamento de águas residuais, pelo que passou a questionar onde é que irão ligar as infraestruturas de saneamento nas Freguesias de Banho e Carvalhosa e Santo Isidoro e Livração. **----------**

----- Também salientou a circunstância de a nova ponte sobre o Rio Odres não possuir qualquer tipo de canalização para passar o saneamento. **----------**

----- A este propósito, também apontou o estado lastimável em que se encontra o pavimento da Ponte do Bairro, atravessada diariamente por centenas de veículos, com o alcatrão inexplicavelmente a terminar abaixo da linha de via estreita, no caminho de ferro da Linha do Tâmega. **----------**

----- Tendo tido conhecimento de que uma determinada empresa teria contactado a Câmara Municipal com uma proposta no sentido de o Município comparticipar financeiramente a reparação deste pavimento, assumiu, na qualidade de candidato à Câmara Municipal, que caso venha a vencer as próximas eleições autárquicas, encarará como prioritária a requalificação de toda aquela via, conferindo as devidas condições à vizinhança da Rua da Ponte do Bairro, alegando que para quem tinha de suprimir uma passagem de nível, foi feito muito mais do que aquilo que era preciso. **----------**

----- Ainda sobre este tema, lamentou profundamente que esta obra na Ponte do Bairro não tenha sido devidamente acompanhada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia, deixando uma inteira população órfã dos cuidados que seriam necessários e exigíveis para que esta fosse muito melhor servida – uma preocupação que também foi oportunamente expressa pelo próprio encarregado da obra, que terá mesmo chegado a afirmar que em nenhuma outra obra da sua responsabilidade presenciou tamanha desconsideração e despreocupação por parte de uma autarquia. ----------

----- Exemplo disso mesmo, realçou que a população esteve inclusivamente privada de uma passagem pedonal mais direta para o centro da freguesia, além de outros constrangimentos observados até mesmo na acessibilidade a veículos de emergência médica do INEM, derivados de uma deficiente sinalização. -------

----- A este nível, declarou perentoriamente que o descuido, inoperância, inação e desresponsabilização da Presidente da Câmara e do Presidente da Junta de Freguesia foram absolutamente vergonhosos, e uma vez mais lamentou a notória ausência de adequado planeamento destas intervenções, sinalizando que a própria empresa responsável pela obra arrancou toda a rede de abastecimento de água e de saneamento que tinha sido colocada pela Câmara Municipal na rua antiga, na zona sobrante à passagem de nível. ----------

----- Concluindo a sua intervenção, expressou a sua revolta pela gestão danosa do Executivo e da Presidente da Câmara, com claro prejuízo para o Município de Marco de Canaveses, e deixou o apelo para uma resposta concreta e objetiva, sem floreados, às questões ora colocadas. ----------

----- A Senhora Presidente, em resposta, e começando pela opinião pessoal expressa no que concerne às celebrações dos cinquenta e um anos do 25 de abril no Marco de Canaveses, revelou que a Câmara Municipal recebeu orientações do Governo da Nação no sentido de alguma contenção, em virtude do luto nacional decretado pelo falecimento do Papa Francisco, seguramente uma das razões para alguma tristeza generalizada sentida nesta data. ----------

----- Refutou liminarmente a acusação do Vereador Mário Bruno Magalhães acerca da ausência de democracia no Marco de Canaveses, alegando que caso o Vereador fosse intelectualmente decente, nunca proferiria similar declaração, e vincando que a democracia no concelho está de boa saúde, não sendo festejada apenas no dia 25 de abril, mas praticada todos os dias do ano, sem particular necessidade de um amplificador para fazer ouvir a sua voz. ----------

----- Recordou que o Vereador Mário Bruno Magalhães já recebeu uma listagem dos processos judiciais envolvendo a Câmara Municipal de Marco de Canaveses, nos quais, naturalmente, a Presidente da Câmara responde como responsável máxima pela autarquia. ----------

----- A este respeito, ressalvou não ter quaisquer problemas de índole pessoal com a justiça, comparecendo nos tribunais, sempre que solicitada para o efeito, exclusivamente em representação do Município, manifestando-se invariavelmente disponível para cumprir com o seu dever de colaboração com a justiça. ----------

----- Por conseguinte, lamentou profundamente o discurso inverídico do Vereador, numa tentativa de lançar boatos e suspeições e de deixar dúvidas no

ar acerca deste tema. **----------**

----- Em relação à opinião do Vereador sobre a limpeza e manutenção dos parques no concelho, declarou ser seu entendimento que este serviço está a ser prestado em linha com as condições acordadas, registando o facto de o Vereador Mário Bruno Magalhães ter reconhecido que uma parcela do problema também resulta de alguma falta de civismo por parte de alguns cidadãos, na utilização dos contentores de resíduos ou dos próprios sanitários públicos. **------**

----- Salientou que, na sua intervenção, o Vereador Mário Bruno Magalhães confundiu dois conceitos completamente distintos – algo que indicou ser intolerável vindo de alguém que já exerceu funções como Vice-presidente da Câmara Municipal e detentor do pelouro do ambiente – clarificando que a limpeza dos parques é da exclusiva responsabilidade do Município, que contratou uma empresa externa para assegurar este serviço, sendo que existe um acordo de transferência de competências firmado entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, por forma a que estas possam assumir a limpeza e manutenção dos espaços verdes e ajardinados ao longo do concelho. **----------**

----- Assim, e refutando uma vez mais as palavras do Vereador, afirmou que não foi a Presidente da Câmara quem atirou esta responsabilidade para as Juntas de Freguesia, mas a própria Legislação do Governo, que atribuiu às Juntas de Freguesia esta competência delegada. **----------**

----- Esclarecido este ponto, não deixou de lamentar, mais uma vez, a tentativa do Vereador Mário Bruno Magalhães de confundir a opinião pública acerca daquelas que são efetivamente as responsabilidades e competências da

Câmara Municipal de Marco de Canaveses no que concerne à limpeza e manutenção dos parques de lazer – aproveitando para reiterar a informação já veiculada em Assembleia Municipal, de que foi lançado um novo procedimento concursal para adjudicação deste serviço de limpeza a uma outra entidade externa. ----------

----- Sobre outro exemplo avançado pelo Vereador, no referente ao parque de Sobretâmega, argumentou que embora os sanitários públicos não estivessem, de facto, nas condições ideais de limpeza – sobretudo num dia de festividade, em que muitas pessoas acorreram àquele parque – certamente não se encontravam num estado tão deplorável quanto o Vereador quis fazer crer. -----

----- Relativamente à assessoria jurídica da Câmara Municipal, comprometeu-se a transmitir ao Dr. Rui Assis, mandatário judicial da autarquia – com quem o Vereador Mário Bruno Magalhães em tempos teve oportunidade de trabalhar – a opinião do Vereador. ----------

----- A este respeito, vincou que a Câmara Municipal está a fazer, juntamente com os serviços jurídicos que a assessoram, o melhor que pode para defender os interesses do Município de Marco de Canaveses, e consequentemente os interesses da sua população. ----------

----- Relativamente à intervenção de um empreiteiro na última sessão da Assembleia Municipal, classificada pelo Vereador Mário Bruno Magalhães como algo nunca visto no concelho, lamentou a falta de verdade da intervenção do Vereador, alegando que o responsável pela empresa não suscitou qualquer questão relativa à Artâmega na sua intervenção na Assembleia Municipal, sendo

que quem efetivamente abordou esse tema foi o Diretor de obra. ----------

----- Exortando o Vereador Mário Bruno Magalhães a se abster de interrupções e de comentários paralelos que em nada dignificam a sua função ou o órgão autárquico, reiterou que o dono da referida empresa, ao usar da palavra na sessão da Assembleia Municipal, não colocou qualquer questão sobre a Artâmega. ----------

----- Sobre o inusitado da intervenção em si, declarou que qualquer empreiteiro ou Diretor de obra deveria saber de antemão que a Presidente da Câmara não se iria pronunciar publicamente, em reunião de Câmara ou de Assembleia Municipal, acerca de um processo judicial em curso, que está a ser acompanhado pelas equipas jurídicas, técnicas e de fiscalização da Câmara Municipal. ----------

----- Passando a esclarecer a questão referente à Escola EB1 de Carvalheira e à Escola EB1 de Catapeixe – tendo o Vereador Mário Bruno Magalhães uma vez mais cortado a palavra para expor que em momento algum da sua intervenção fez referência a este último estabelecimento escolar – explicou que naquilo que foi o procedimento concursal, a EB1 da Carvalheira foi inicialmente confundida pelos serviços com a EB1 de Catapeixe, sendo esta última a escola que, de facto, está a ser intervencionada e sobre a qual incidiu uma prorrogação do prazo de execução da obra. ----------

----- Classificou as constantes interrupções do Vereador Mário Bruno Magalhães como um atentado à democracia e ao espírito democrático de saber escutar de forma respeitosa quando outros usam da palavra, acrescentando que caso o

Vereador se recuse a adotar uma postura mais educada, será obrigada a convidá-lo a abandonar a reunião, por se considerar que não estão reunidas as condições indispensáveis para que a mesma possa prosseguir dentro da normalidade. ----------

----- Continuando a responder ao Vereador, naquilo que foram as suas afirmações acerca de um Executivo que aparenta estar a correr atrás do prejuízo, explanou que quando o Vereador Mário Bruno Magalhães ainda detinha o pelouro do ambiente, os serviços de ambiente da Câmara Municipal recorreram a serviços externos para projetar aquilo que são as obras essenciais na rede de saneamento ao longo do concelho, formulando um plano objetivo e exequível, que vai, de facto, responder oportunamente às necessidades elencadas pelo Vereador. ----------

----- Em relação às declarações proferidas pelo Vereador acerca da obra da Ponte do Bairro, replicou serem, estas sim, um claro exemplo dos floreados do discurso do Vereador Mário Bruno Magalhães, através dos quais tenta ocultar ou mascarar a verdade dos factos. ----------

----- A este respeito, e contrariamente àquilo que foi afirmado pelo Vereador, assegurou que a Câmara Municipal acompanhou devidamente a obra através do seu Chefe da Divisão de Vias, mantendo uma estreita relação de cooperação e uma comunicação aberta com os técnicos da Infraestruturas de Portugal. --------

----- Por fim, fez notar que muitas das afirmações e considerandos do Vereador Mário Bruno Magalhães são invariavelmente baseados em coisas que ouviu dizer, muito provavelmente relatos encomendados, com pouca adesão aos

factos. ----------

----- O Senhor Vereador Pedro Pinto, em complemento, e no referente aos limites territoriais das freguesias do concelho, explicou que no desenrolar do processo relativo à Carta Administrativa Oficial de Portugal, e sendo este um processo único, se constatou a necessidade de envolver outras freguesias nas reuniões de trabalho que vinham sendo realizadas, cujos limites geográficos também precisavam de ser corrigidos, por forma a que a proposta posteriormente formalizada possa ser oportunamente apreciada e validada pelos diferentes órgãos autárquicos. ----------

----- Assegurou que este processo continua a decorrer e está a ser devidamente acompanhado, estando inclusivamente agendada para os próximos dias uma reunião com a Vereadora responsável, da Câmara Municipal de Amarante. ------

----- Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente deu por encerrado este período, passando para a ordem de trabalhos. ----------

----------**ORDEM DE TRABALHOS**----------

1. *Balancete de Tesouraria do dia 24 de abril de 2025*. Foi apreciado o Balancete de Tesouraria de 10 de abril de 2025, onde se constatou que havia um saldo de 18.973.885,54€ (dezoito milhões, novecentos e setenta e três mil, oitocentos e oitenta e cinco euros, e cinquenta e quatro cêntimos) de Operações Orçamentais, e 2.553.242,02€ (dois milhões quinhentos e cinquenta três mil, duzentos e quarenta e dois euros, e dois cêntimos) de Operações não Orçamentais. ----------

Tomado conhecimento. ----------

2. *Protocolo de Colaboração entre o Município do Marco de Canaveses e a Associação Cultural, Artística e Desportiva de Vila Boa de Quires* (Doc. 2). Presente à reunião minuta do protocolo de colaboração, proposta, cabimento e respetivas declarações de inexistência de conflitos, que se anexam e se dão por integralmente reproduzidos. Pela Senhora Presidente foi exarado o seguinte despacho: "À Câmara 22.04.2025". **----------**

Aprovado por unanimidade, dando-se poderes à Senhora Presidente ou seusubstituto legal para assinatura no respetivo protocolo de cooperação.

3. *Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município do Marco de Canaveses e o Clube de Cicloturismo do Marco* (Doc. 3). Presente à reunião minuta do Contrato-Programa, cabimento, parecer, respetivas declarações de inexistência de conflitos que se anexam e se dão por integralmente reproduzidas. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: "À Câmara 22.04.2025". **----------**

Aprovado por unanimidade, dando-se poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para assinatura no respetivo contrato-programa. -------

4. *Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município do Marco de Canaveses e a Vo Dao – Associação de Artes Marciais Orientais Cultural e Desportiva* (Doc. 4). Presente à reunião minuta do Contrato-Programa, cabimento, parecer, respetivas declarações de inexistência de conflitos que se anexam e se dão por integralmente reproduzidas. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: "À Câmara 22.04.2025". **----------**

Aprovado por unanimidade, dando-se poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para assinatura no respetivo contrato-programa. -------

5. *Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município do Marco de Canaveses e a Escola de Karaté do Shotokai Marco de Canaveses* (Doc.5). Presente à reunião minuta do Contrato-Programa, cabimento, parecer, respetivas declarações de inexistência de conflitos que se anexam e se dão por integralmente reproduzidas. Pela Sra. Presidente foi exarado o seguinte despacho: "À Câmara 22.04.2025". **----------**

Aprovado por unanimidade, dando-se poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para assinatura no respetivo contrato-programa. -------

6. *Protocolo de Cooperação entre o Município do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Sande e S. Lourenço do Douro | Festa em Honra de São Lourenço 2025* (Doc. 6). Presente à reunião minuta do protocolo de cooperação, proposta, cabimento e respetivas declarações de inexistência de conflitos, que se anexam e se dão por integralmente reproduzidos. Pela Senhora Presidente foi exarado o seguinte despacho: "À Câmara 22.04.2025". **----------**

Aprovado por unanimidade, dando-se poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para assinatura no respetivo protocolo de cooperação.

7. *Protocolo de Cooperação entre o Município do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Sande e S. Lourenço do Douro | Festa em Honra de São Tiago 2025* (Doc. 7). Presente à reunião minuta do protocolo de cooperação, proposta, cabimento e respetivas declarações de inexistência de conflitos, que se anexam

e se dão por integralmente reproduzidos. Pela Senhora Presidente foi exarado o seguinte despacho: "À Câmara 22.04.2025". **----------**

Aprovado por unanimidade, dando-se poderes à Senhora à Senhora Presidente ou seu substituto legal para assinatura no respetivo protocolo de cooperação.

8. *Protocolo de Cooperação entre o Município do Marco de Canaveses e a Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração* (Doc. 8). Presente à reunião minuta do protocolo de cooperação, proposta, cabimento e respetivas declarações de inexistência de conflitos, que se anexam e se dão por integralmente reproduzidos. Pela Senhora Presidente foi exarado o seguinte despacho: "À Câmara 22.04.2025". **----------**

Aprovado por unanimidade, dando-se poderes à Senhora Presidente ou seu substituto legal para assinatura no respetivo protocolo de cooperação.

----------INTERVENÇÃO DO PÚBLICO----------

----- No final do período da ordem do dia, a Senhora Presidente deu a palavra aos munícipes presentes que desejassem intervir. **----------**

----- O munícipe Francisco Gil Mendes, no uso da palavra, começou por abordar a situação de um munícipe em particular, uma pessoa que classificou como respeitadora, educada e plenamente integrado na vida social da sua freguesia, mas que, infelizmente, estará aparentemente a ser alvo de *bullying* por parte da Câmara Municipal, e mais concretamente por parte da Presidente da Câmara, circunstância que repudiou veementemente. **----------**

----- Enquadrando esta questão, explicou que o munícipe em causa, de nome

Joaquim Silva, endereçou um *e-mail* à Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração, do teor seguinte: *"Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração. Gostaria de realizar uma "Noite Amarela" junto ao coreto do Largo da Livração, que terá o seu início no dia 5 de julho de 2025, sábado, pelas vinte e uma e trinta, e fim no dia 6 de julho de 2025, domingo, pelas quatro horas da manhã. Solicito a sua autorização, no sentido de poder realizar a dita festa. Certos de merecer a sua melhor atenção para este assunto, os meus melhores cumprimentos, extensivos a toda a equipa da Junta de Freguesia de Santo Isidoro e Livração.",* por parte da Junta de Freguesia, foi respondido nestes termos: *"Exmo. Sr. Joaquim Silva,Somos pelo presente a informar que, até à data, não temos informação por parte de qualquer instituição da Freguesia de Santo Isidoro e Livração que pretenda levar a cabo alguma atividade na data em questão, pelo que, da parte da Junta de Freguesia, nada há a obstar. Mais informamos que a realização de atividades no espaço público carece dos devidos licenciamentos por parte das entidades competentes.".* **----------** Cumprindo com todos os preceitos legais, o munícipe Joaquim Silva enviou um *e-mail* aos serviços da Câmara Municipal, no dia 6 de fevereiro de 2025, solicitando as devidas licenças para a realização do evento atrás mencionado, sendo que, volvidos quase três meses, ainda não foi possível obter estas licenças, devido a vários entraves colocados pela autarquia, ao vir requerer os mapas do largo em que irá decorrer a referida festividade, além de um conjunto de outros elementos, entre os quais um pedido de esclarecimento acerca daquilo que se pretendia realizar com esta "Noite Amarela". **----------**

----- Face ao exposto, não deixou de lamentar a falta de cooperação da Câmara Municipal para com um cidadão que pretende levar a cabo uma iniciativa na sua freguesia, colocando vários obstáculos ao processo, sem ser capaz de fundamentar na Lei uma eventual impossibilidade de realizar este evento. -------

----- Reiterando ser esta uma postura absolutamente lamentável, questionou se esta seria eventualmente diferente se em vez de uma "Noite Amarela" estivesse a ser organizada uma "Noite Rosa". ----------

----- Antecipando aquela que poderá ser porventura uma das respostas da Presidente da Câmara a esta questão, indicou que não poderá aceitar caso a Presidente da Câmara diga que não tem conhecimento direto deste processo, visto que já afirmou anteriormente ter um GAP(S) – Gabinete de Apoio ao Partido Socialista, do mais eficiente que existe em Portugal, pelo que se exige uma justificação objetiva e plausível para o protelar desta situação. ----------

----- Aditou que caso esta situação estivesse a acontecer consigo, e volvido todo este tempo desde a primeira comunicação com a Câmara Municipal, já teria tomado a iniciativa de a denunciar ao Ministério Público, lamentando uma vez mais o tratamento indecente de que o munícipe em causa está a ser alvo. -------

----- Depois, recordando o teor da sua intervenção em anterior reunião de Câmara, sobre a alegada ilegalidade ou irregularidade de uma determinada obra, situação que teria motivado um cidadão a enviar algumas cartas a denunciar o problema junto dos serviços da Câmara, frisou que a resposta da Presidente da Câmara foi no sentido de que já teria reunido pessoalmente com o munícipe em causa. ----------

----- No entanto, tendo contactado diretamente este munícipe, o mesmo terá contrariado a versão da Presidente da Câmara, inclusivamente apelidando-a de mentirosa e asseverando ser completamente falso que esta tenha reunido com ele. ----------

----- Por fim, revelou ter tido conhecimento que no referente ao prédio de habitação em construção em frente à Galp, já foram assinadas, na passada semana, algumas escrituras de venda, pelo que questionou a validade e legalidade das mesmas, quando as habitações ainda nem sequer possuem água ou luz, indagando se este procedimento foi devidamente autorizado pela Câmara Municipal. ----------

----- Como nota final, e retomando o assunto que, em primeira instância, motivou esta sua intervenção, perguntou se a atitude da Presidente da Câmara para com o munícipe Joaquim Silva é eventualmente motivada por pensar que este será candidato nas próximas eleições autárquicas, argumentando que tal, mesmo que fosse verdade, não deveria implicar num qualquer tratamento diferenciado, recordando ter sido autorizado, no passado, que funcionários da Câmara Municipal colaborassem na organização de um comício do Secretário Geral do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos. ----------

----- O munícipe Samuel Vieira, no uso da palavra, deu início à sua intervenção, indagando da Presidente da Câmara qual a empresa responsável pelo fornecimento de arranjos florais à Câmara Municipal. ----------

----- Em seguida, comentou ser absolutamente lamentável que a Câmara Municipal continue a defender que o contrato celebrado para limpeza e

manutenção dos parques de lazer está a ser integralmente cumprido, acrescentando que as situações deploráveis que continuamente se observam não poderão certamente ser justificadas apenas pela falta de civismo de alguns cidadãos, ou corrigidas pela mera instalação de câmaras, como tem vindo a ser alegado e anunciado. ----------

----- Deixou a sugestão para que os caixotes do lixo sejam retirados do local onde se encontram e colocados apenas no interior do parque, dando-se acesso à empresa responsável pela limpeza do parque para efetuar recolhas pontuais. --

----- No respeitante ao parque de Sobretâmega, chamou a atenção para algumas queixas efetuadas pelo Presidente da Junta de Freguesia, dando conta de que os sanitários públicos carecem de manutenção e de um maior cuidado na sua limpeza. ----------

----- Sobre o assunto por si suscitado em Assembleia Municipal, relativamente ao edifício do Gift, indicou ser curioso que logo no dia seguinte ao da realização da reunião do órgão deliberativo tenha surgido uma suposta petição para a demolição deste edifício, apesar de ter sido afirmado em anterior reunião de Câmara que seria intenção do Executivo voltar a concessionar aquele espaço, pelo que questionou se a Presidente da Câmara irá acolher e apoiar este pretenso movimento popular. ----------

----- Avançando com a sua opinião pessoal, referiu que à semelhança do que acontece no Concelho de Amarante, aquele espaço poderia ser aproveitado para uma loja da Dolmen, beneficiando da sua localização estratégica e visibilidade.

----- Requereu que lhe seja disponibilizada informação acerca do relatório do

contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal de Marco de Canaveses e a Associação dos Artesãos do Marco, no referente àquilo que é a ocupação do espaço em Bitetos. ----------

----- Finalmente, indagou qual o custo para o erário público da reintegração da Dra. Ângela no quadro de pessoal da autarquia. ----------

----- A Senhora Presidente, em resposta, e começando pela intervenção do munícipe Gil Mendes, repudiou veementemente a forma como este classificou a atitude da Câmara Municipal, replicando ser o próprio munícipe quem aparentemente está a fazer *bullying* ao munícipe Joaquim Silva, sentado ao seu lado e tratado como sendo incapaz de intervir para defender os seus próprios pontos de vista em relação à situação reportada. ----------

----- Esclareceu que os procedimentos adotados relativamente à solicitação efetuada pelo munícipe Joaquim Silva aos serviços da Câmara Municipal foram exatamente os mesmos que ocorrem em situações similares, sem qualquer tipo de distinção ou de tratamento diferenciado, e muito menos por qualquer tipo de posicionamento político ou partidário. ----------

----- Comprometeu-se a averiguar junto dos serviços as razões da aparente demora na resposta ao munícipe, enfatizando ser da responsabilidade dos serviços camarários, e não da Presidente da Câmara, a avaliação da solicitação efetuada, tendo por base os elementos requeridos e apresentados pelo munícipe. ----------

----- Alegou que tendo sido candidato à Câmara Municipal nas últimas eleições autárquicas, seria expectável que o munícipe Gil Mendes tivesse um

conhecimento mais profundo deste tipo de procedimentos. **----------**

----- Relativamente ao assunto sobre uma suposta irregularidade num prédio, e vincando que a Presidente da Câmara não falta à verdade nas declarações que profere, reiterou a informação que já havia facultado na última vez em que este assunto foi exposto, indicando ter tido conhecimento de uma reclamação sobre este tema e tendo-se prontificado para reunir com o munícipe que a efetuou, não tendo conhecimento, porém, se se tratava do mesmo munícipe que remeteu as cartas ora mencionadas pelo munícipe Gil Mendes. **----------**

----- Enfatizando novamente que o munícipe Gil Mendes foi candidato à Câmara Municipal nas últimas eleições autárquicas, e que por essa circunstância não se apresenta como um cidadão comum quando intervém nas reuniões públicas de Câmara, lamentou o nítido aproveitamento de uma situação para poder apelidar a Presidente da Câmara de mentirosa aos microfones, em plena reunião pública, postura que revela um claro intuito político, de alguém que aparentemente ainda está ressabiado pela derrota nas últimas eleições. **----------**

----- Dando como terminada a sua resposta à intervenção do munícipe Gil Mendes, em virtude das suas reiteradas interrupções, passou a responder ao munícipe Samuel Vieira, informando não ser apenas uma a empresa que usualmente fornece arranjos florais à Câmara Municipal, sendo que a informação pretendida será compilada e remetida pelos serviços. **----------**

----- Relativamente à limpeza e manutenção do Parque de Merendas de Montedeiras, fez questão de ressalvar que a referência à falta de civismo de alguns cidadãos foi primeiramente efetuada pelo Vereador Mário Bruno

Magalhães na sua intervenção, tendo-se limitado a expressar a sua concordância com este argumento. ----------

----- Escusando-se a tecer qualquer consideração adicional sobre este tema, acolheu a sugestão do munícipe no que respeita aos caixotes do lixo, indicando que a mesma será reencaminhada para o Chefe de Divisão, de modo a que esta possa ser avaliada em articulação com a empresa FCC. ----------

----- No que concerne ao edifício do Gift, reafirmou aquilo que já havia sido veiculado na reunião da Assembleia Municipal, que a concessão do espaço só termina no dia 30 de abril, e que só a partir dessa data é que a Câmara Municipal irá poder avaliar convenientemente o que poderá, ou não, fazer com este imóvel, sendo certo que, neste momento, a autarquia ainda não possui nenhum projeto concreto para aquele espaço. ----------

----- Em relação à suposta petição que foi lançada, declarou que irá aguardar serenamente que a mesma seja remetida ao órgão Câmara Municipal, uma vez que a autarquia, naturalmente, não se irá pronunciar acerca daquilo que aparenta ser apenas uma publicação nas redes sociais, com um objetivo ainda desconhecido. ----------

----- Relativamente ao protocolo celebrado com a Associação dos Artesãos do Marco, esclareceu que esta associação contratou um funcionário para prestar serviço no posto de venda em Bitetos, com a Câmara Municipal a comparticipar financeiramente a sua remuneração, visando um funcionamento mais eficiente daquele estabelecimento que funciona como mostra de produtos locais e regionais. ----------

----- O Senhor Vice-presidente da Câmara, Nuno Pinto, em complemento, e respondendo à questão referente à integração da Dra. Ângela Ribeiro no quadro de pessoal da Câmara Municipal, passou a fazer o enquadramento de todo este processo, explicando que a decisão que foi tomada pelo júri do concurso, no sentido de validar uma outra candidatura, além da candidatura da Dra. Ângela Ribeiro, no procedimento concursal lançado, foi alvo de uma decisão favorável do tribunal na primeira e segunda instância – o que evidencia claramente a possibilidade de uma interpretação diferenciada – sendo que o Supremo Tribunal, em última instância, acabou por vir dar razão à Dra. Ângela Ribeiro, que nessa sequência veio a ser integrada nos serviços da Câmara Municipal. **----- Acrescentou que, nesta fase, ambas as partes estão a tentar chegar a um entendimento acerca dos valores que deverão ser ressarcidos a esta colaboradora, calculados em função do período em que este processo judicial correu os seus trâmites legais e de outros rendimentos obtidos durante o mesmo, pelo que, quando este acordo for alcançado, estes valores serão tornados públicos em reunião de Câmara. ----------

----------APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA----------

E nada mais havendo a tratar, quando eram dezassete horas, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta, nos termos do artigo 57.º, n.º 3 do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 34.º, n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo. E eu, Maria da Piedade Teixeira

Ferreira, Técnica Superior da Divisão Administrativa e de Arquivo, a subscrevi e assino. ----------

_____

_____A Presidente da Câmara Municipal_____

_____

----------Dra. Cristina Vieira----------

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____